

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 28.764/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 90.153/2025

DECISÃO – ANÁLISE FINAL DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Em continuidade à instrução do Processo Administrativo nº 28.764/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 90.153/2025, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de telão de LED, transmissão simultânea para telão e serviços de Video Jocker para eventos, passa-se à análise conclusiva da exequibilidade da proposta apresentada pela empresa **YOLO PRODUÇÕES LTDA**, atualmente classificada em primeiro lugar.

I – DO HISTÓRICO

Durante a fase de julgamento das propostas, embora não tenham sido identificados óbices quanto à habilitação técnica, jurídica e fiscal da licitante, as Secretarias Requisitantes recomendaram, por cautela administrativa, a realização de diligência complementar para aferição da exequibilidade da proposta, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Em atendimento a essa recomendação, restou expedida diligência solicitando a apresentação de planilha detalhada de composição de custos, bem como demais elementos capazes de demonstrar a viabilidade técnico-econômica da proposta, vedada qualquer alteração do valor global ofertado.

A empresa diligenciada apresentou tempestivamente a documentação solicitada, instruindo os autos com planilhas de custos, justificativa econômico-financeira e elementos comparativos de mercado.

II – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Da análise minuciosa da documentação encaminhada pela empresa YOLO PRODUÇÕES LTDA, verifica-se que foram apresentados custos unitários discriminados, contemplando equipamentos, mão de obra, operação, logística, despesas indiretas, tributos e margem de lucro;

A composição de preços demonstra coerência interna, não se identificando omissão de insumos essenciais à execução do objeto, tampouco inconsistências aritméticas relevantes;

A margem de lucro indicada mostra-se compatível com o mercado, especialmente diante da estrutura operacional informada pela licitante, baseada na utilização de ativos próprios;

Os valores unitários ofertados encontram correspondência com preços praticados em contratações públicas similares, inclusive em âmbito federal e municipal, afastando a caracterização de preço vil ou simbólico;

Por fim, não se verificam elementos objetivos que indiquem risco concreto de inexecução contratual ou transferência indevida de ônus à Administração.

III - DA ANÁLISE TÉCNICA

Nos termos do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, a identificação de valores inferiores a determinados parâmetros legais enseja presunção relativa de inexecuibilidade, a qual deve ser submetida ao contraditório técnico.

O § 2º do mesmo artigo impõe à Administração o dever de realizar diligência para aferição da viabilidade da proposta, vedada a desclassificação automática baseada em presunção abstrata.

No caso concreto, a diligência foi regularmente instaurada, a licitante exerceu plenamente o contraditório e logrou êxito em demonstrar, de forma objetiva e documentada, a exequibilidade de sua proposta, afastando a presunção legal inicialmente incidente.

Assim, eventual desclassificação, diante do conjunto probatório constante dos autos, configuraria afronta aos princípios da economicidade, motivação, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, consagrados na Lei nº 14.133/2021.

IV - DA CONCLUSÃO

Diante do conjunto probatório constante dos autos, verifica-se que a diligência instaurada para aferição da exequibilidade da proposta cumpriu integralmente sua finalidade, tendo a empresa YOLO PRODUÇÕES LTDA apresentado, de forma tempestiva e satisfatória, planilha de composição de custos, acompanhada de justificativas técnico-econômicas compatíveis com o objeto licitado.

A análise da documentação evidencia a coerência interna da proposta, a adequada previsão dos insumos necessários à execução dos serviços, bem como a compatibilidade dos valores ofertados com preços praticados em contratações públicas similares, inexistindo elementos objetivos que indiquem risco de inexecução contratual ou transferência indevida de ônus à Administração.

Restou, assim, afastada a presunção relativa de inexequibilidade prevista no art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual se conclui pela exequibilidade da proposta apresentada, recomendando-se o regular prosseguimento do certame, com a manutenção da licitante na condição de vencedora, por se tratar da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Nova Friburgo, 22 de janeiro de 2026.

Fernanda Medeiros Rodrigues
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III
Matrícula nº 468.036